Doutor José Francisco Creissac Freitas Campos, professor auxiliar — no período de 24 a 29 de Julho de 2006.

31 de Agosto de 2006. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 18 958/2006

Por despacho de 6 Junho de 2006 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Jaime Isidoro Naylor Rocha Gomes, professor catedrático — no período de 9 a 15 de Junho de 2006.

Doutora Maria Manuela da Silva Torres Matos Neves, professora associada — no período de 14 a 18 de Junho de 2006.

Doutor Jaime Carlos Luzia Ferreira da Silva, professor associado — no período de 15 a 23 de Junho de 2006.

Doutor António José Guerreiro de Brito, professor auxiliar — no período de 9 a 12 de Maio de 2006.

Doutor André Paulo Almeida Whiteman Catarino, professor auxiliar — no período de 18 a 21 de Junho de 2006.

Doutor António José Guerreiro de Brito, professor auxiliar — no período de 7 a 13 de Junho de 2006.

Doutor André Paulo Almeida Whiteman Catarino, professor auxiliar — pelo período de 10 dias, com início em 7 de Julho de 2006.

31 de Agosto de 2006. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 18 959/2006

Por despacho de 10 de Maio de 2006 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Mário Duarte de Araújo, professor catedrático, no período de 14 a 18 de Junho de 2006.

Doutor Carlos António Alves Bernardo, professor catedrático, no período de 13 a 17 de Maio de 2006.

Doutor António Augusto Magalhães da Cunha, professor catedrático, no período de 14 a 17 de Maio de 2006.

Doutor Alexandre Júlio Teixeira Santos, professor associado, no período de 31 de Maio a 4 de Junho de 2006.

Doutor Jorge Reinaldo de Oliveira Neves, professor associado, no período de 22 a 25 de Maio de 2006.

Doutor Eurico Augusto Rodrigues de Seabra, professor auxiliar, no período de 10 a 18 de Junho de 2006.

Doutor João Paulo Flores Fernandes, professor auxiliar, no período de 10 a 18 de Junho de 2006.

Doutor Manuel Alcino Pereira da Cunha, professor auxiliar, no período de 22 a 25 de Agosto de 2006.

Doutor António José Vilela Pontes, professor auxiliar, nos dias 11 e 12 de Maio de 2006.

1 de Setembro de 2006. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 18 960/2006

Por despacho de 5 Junho de 2006 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Sílvio do Carmo Silva, professor associado — no período de 2 a 5 de Julho de 2006.

Doutor Pedro Nuno Ferreira Pinto Oliveira, professor associado — no período de 19 a 22 de Junho de 2006.

Doutor Raul Manuel Esteves de Sousa Figueiro, professor auxiliar — no período de 9 a 16 de Junho de 2006.

Doutor João Filipe Colardelle da Luz Mano, professor auxiliar — no período de 7 a 10 de Junho de 2006.

Doutora Olga Maria Gomes Martins Pacheco, professora auxiliar — no período de 11 a 14 de Julho de 2006.

Doutora Ana Maria Moreira Ferreira da Rocha, professora auxiliar — no período de 6 a 8 de Junho de 2006.

1 de Setembro de 2006. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Despacho (extracto) n.º 18 961/2006

Foi autorizada, por despacho de 21 de Agosto de 2006 do reitor da Universidade Nova de Lisboa, a denúncia do contrato administrativo de provimento da licenciada Danielle Marie Christine Place Oliveira, a partir de 1 de Dezembro de 2006, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 36.º da Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 392/86, de 22 de Novembro, como leitora a 100% na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Agosto de 2006. — Pelo Director, (*Assinatura ilegível*.)

UNIVERSIDADE DO PORTO

Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar

Aviso n.º 10 258/2006

Concurso n.º 9/2006

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, devidamente autorizado por despacho de 8 de Agosto de 2006 do presidente do conselho directivo do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto, se encontra aberto concurso externo de ingresso para provimento de uma vaga de técnico profissional de 2.ª classe da carreira técnico-profissional da área de áudio-visuais do quadro de pessoal não docente deste Instituto.

2 — Validade — o presente concurso é válido para a vaga indicada, caducando com o seu preenchimento.

3 — De acordo com a orientação técnica n.º 5/2004 da Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP), a publicação do presente aviso foi precedida de oferta de emprego na bolsa de emprego público (BEP), bem como solicitada à Direcção-Geral da Administração Pública a emissão da declaração de inexistência de pessoal em inactividade, no cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril, que informou através do seu ofício com a referência n.º 000162, de 11 de Janeiro de 2006, não haver pessoal nas condições requeridas.

4 — A abertura de concurso externo é fundamentada no disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro, e considerando não ter sido atingido o número máximo de funcionários não docentes padrão fixados para o ano lectivo 2004-2005.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, tratando-se de concurso para o preenchimento de uma vaga, não é fixada quota de lugares para candidatos com deficiência, tendo um candidato com deficiência preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra legal.

6 — Legislação aplicável — a tudo o que não estiver previsto neste aviso são aplicáveis as disposições do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7 — Conteúdo funcional — compete genericamente ao técnico profissional de 2.ª classe funções de natureza executiva de aplicação técnica com base no conhecimento ou adaptação de métodos e processos, enquadradas em directivas bem definidas, exigindo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de um curso técnico profissional na área de áudio-visuais.

8 — Vencimento e condições de trabalho — a remuneração a auferir será a correspondente ao escalão e índice fixados nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/99, de 18 de Dezembro, com a nova redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e demais legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

9 — O local de trabalho situa-se no Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto, sito no Largo do Professor Abel Salazar, 2, 4099-003 Porto, no ICAV, sito em Vairão, Vila do Conde, ou nos locais utilizados para investigação/ensino do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar.

10 — Requisitos de admissão a concurso:

10.1 — Requisitos gerais — são os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

10.2 — Requisitos especiais — estar habilitado com curso tecnológico, curso das escolas profissionais, curso que confira certificado de qualificação profissional de nível III, definida pela Decisão